



## GT17. Produção e reprodução do espaço urbano – teoria e prática

### PLANEJAMENTO INSURGENTE E COMUNICAÇÃO ASCENDENTE:

#### diálogos e aproximações

Autor: Iago Vernek Fernandes

Filiação institucional: Universidade Federal do ABC

E-mail: iagovernek@gmail.com

**RESUMO:** Pretendemos neste artigo entender a necessidade de um novo tipo de planejamento no Brasil, que possa romper com a tradicional teorização das suas práticas. Começamos por mapear os estudos que estabelecem um diálogo com o planejamento insurgente, conceito desenvolvido por Faranak Miraftab para designar as práticas insurgentes que ultrapassam a noção de democracia representativa para uma democracia verdadeiramente participativa, reconhecendo assim a ação direta coletiva dos cidadãos. O nosso ponto de partida será a revisão bibliográfica, onde buscamos traçar a origem do planejamento insurgente, suas implicações na formação socioespacial brasileira e, por fim, as possibilidades de sua utilização para investigar as estratégias de enunciação do lugar por movimentos sociais e organizações coletivas no distrito da Brasilândia, zona noroeste de São Paulo (SP).

**Palavras-chave:** comunicação ascendente, planejamento insurgente, usos do território, participação popular, Brasilândia

#### 1. INTRODUÇÃO

---

“O fim da história como o conhecemos, pode ser também o começo da história como a queremos”. (Miraftab, 2016 p. 374).

Vivemos um período que é uma crise, como afirmou Milton Santos. Se nos momentos anteriores da história do capitalismo, as crises<sup>1</sup> marcaram a sucessão – logo, a superação – da

---

<sup>1</sup> As crises criam as condições que forçam a algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista. Essa racionalização apresenta um custo social e provoca trágicas consequências humanas na forma de falências, colapsos financeiros, desvalorização forçada de ativos fixos e poupanças pessoais, inflação, concentração crescente de poder econômico e político em poucas mãos, queda dos salários reais e desemprego. No entanto, as correções forçadas e periódicas relativas ao curso da acumulação de capital também podem

ordem estabelecida, no tempo atual, caracterizado pela globalização, vivemos uma crise estrutural que é, ao mesmo tempo, econômica, social, política e moral (Santos, 2000). Seus pilares são a tirania do dinheiro e a tirania da informação, responsáveis pelo controle dos espíritos e pela “aceleração dos processos hegemônicos, legitimados pelo ‘pensamento único’, enquanto os demais processos acabam por ser deglutidos ou se adaptam passiva ou ativamente, tornando-se hegemonzados” (Santos, 2000 p. 35).

Apesar de ser lançado como solução aos problemas sociais, envolto em uma racionalidade técnica e abstrata (Randolph, 2008), o planejamento não foge desta crise contemporânea. Nos últimos anos, enquanto instrumento técnico de profissionais ou como arcabouço ideológico das utopias dos especialistas (Vainer, 2007), “o planejamento está se defrontando com sua própria crise de identidade e legitimidade” (Miraftab, 2016 p. 363). Longe da pretensão de expor todos os motivos dessa crise, largamente desenvolvida por autores como Villaça (1999), Souza (2002), Santos (2003), Vainer (2007), Randolph (2007), Monteiro (2007), Maricato (2011), Miraftab (2016), Tanaka (2017), pretendemos neste artigo entender a necessidade de um novo tipo de planejamento no Brasil, que possa romper com a tradicional teorização das suas práticas (Miraftab, 2016). Tal ruptura requer

em primeiro lugar, reconhecer o leque de práticas além das sancionadas pelo Estado e poderes corporativos – nomeadamente as práticas insurgentes; e em segundo lugar, requer descolonizar a imaginação e as possibilidades para o futuro (Miraftab, 2006 p. 364).

Começamos por mapear os estudos que estabelecem um diálogo com o planejamento insurgente, conceito desenvolvido por Faranak Miraftab para designar as práticas insurgentes que ultrapassam a noção de democracia representativa para uma democracia verdadeiramente participativa<sup>2</sup>, reconhecendo assim a ação direta coletiva dos cidadãos. O nosso ponto de partida será a revisão bibliográfica, onde buscamos traçar a origem do planejamento insurgente, suas implicações na formação socioespacial brasileira e, por fim, as possibilidades de sua utilização para investigar as estratégias de enunciação do lugar (Serpa, 2011) por

---

facilmente escapar do controle, e gerar a luta de classes os movimentos revolucionários e o caos, que tipicamente produzem o terreno de reprodução para o fascismo (Harvey, 2006 p. 46-47).

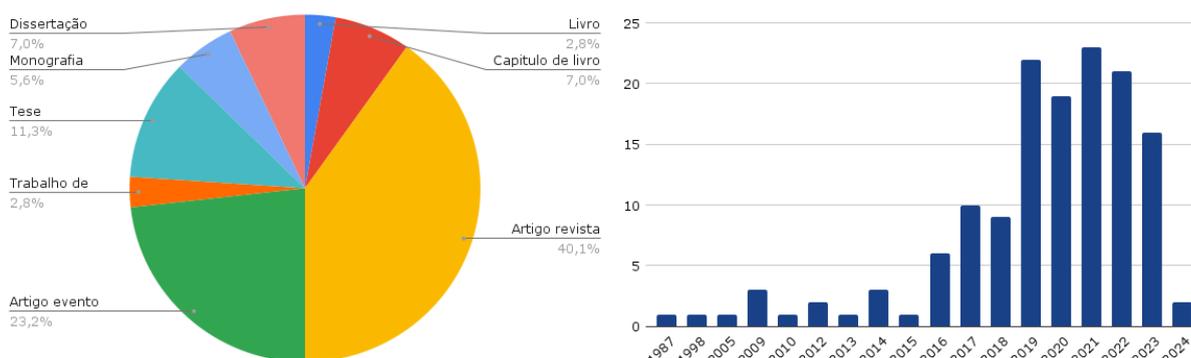
<sup>2</sup> Na democracia representativa, os cidadãos delegam seus direitos a outros – representantes políticos, burocratas ou especialistas técnicos – para atuar em seu melhor interesse. Em contraste, na democracia participativa os cidadãos reconhecem a inadequação dos direitos formais e não incumbem a outros advogar por seus interesses mas, ao contrário, tomam parte diretamente e formulam decisões que afetam suas vidas (Miraftab, 2016 p. 368).

movimentos sociais e organizações coletivas no distrito da Brasilândia, zona noroeste de São Paulo (SP).

## 2. O PLANEJAMENTO INSURGENTE NA LITERATURA BRASILEIRA

Em levantamento bibliográfico elaborado por meio da plataforma “Scholar” do Google, contabilizamos aproximadamente 300 publicações citando o “planejamento insurgente”, entre 1987 e 2024. Deste retorno, filtramos 143 textos — entre dissertações, monografias, teses, trabalhos de conclusão de curso de especialização, livros, capítulos de livros, artigos de revistas e de eventos (vide gráficos abaixo) — descartando, por meio da leitura dos resumos, produções que não abordaram a questão com alguma profundidade, apenas nomeando o conceito ou seus autores.

Figura 1. Formato e ano das produções bibliográficas sobre planejamento insurgente



Fonte: Autoria própria

Desde 2005, quando Faranak Miraftab e Shana Wills publicam o artigo “*Insurgency and Spaces of Active Citizenship: The Story of Western Cape Anti-Eviction Campaign in South Africa*”, há um esboço dos pressupostos que balizam a insurgência e os espaços de ação dos cidadãos no planejamento. Após a publicação dos artigos “*Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*”, em 2009, e “Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano”, em 2016, por Miraftab, o termo passa a ganhar destaque na literatura brasileira, sobretudo a partir do diálogo estabelecido por Rainer Randolph, Marcelo Lopes de Souza, Carlos Vainer, Gisele Tanaka, entre outros autores.

Segue-se daí um esforço intelectual de repensar o planejamento territorial a partir da interlocução com a produção acadêmica do norte global, mas considerando a realidade da formação socioespacial brasileira. Percebemos, em uma análise rápida e ainda incompleta, que a bibliografia sobre planejamento insurgente é bastante diversa no Brasil, mas tem considerado como base, sobretudo, os trabalhos de Faranak Miraftab, Rainer Randolph e James Holston, autor do livro, publicado em 2014, “Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil”, no qual resgata a ideia de um “urbanismo insurgente”

que não confia nem nos altos comandos do Estado somente, nem numa valorização exacerbada do engajamento de certos grupos comunitários que, supostamente, são representantes da sociedade civil (organizada) e, assim, autorizados para inclusão nos processos de participação. Essa “autorização” por parte do Estado acaba por discriminar, muitas vezes, a atuação subversiva e insurgente daqueles que não contam com ela (Randolph, 2008).

O estudo da comunicação e do planejamento urbano como modi operandi do capitalismo requer ainda a focalização do olhar para o território, a partir da “conexão entre espaço e política” (Gottmann, 2012 [1975], p. 523). Para Raffestin (1993, p. 143), “o território se forma a partir do espaço [...] onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação”. Na mesma linha, Santos (1994 p. 15-16) estabelece que "o que interessa à análise social não é o território em si, mas o uso do território, o território usado". Por sua vez, Haesbaert (2004 p. 94) resgate a dupla conotação, material e simbólica do conceito que "etimologicamente aparece tão próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação jurídico-política [...] e a efetiva apropriação”.

### **3. A ORIGEM DO PLANEJAMENTO INSURGENTE: POSSIBILIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS**

---

Na história do planejamento, diversos autores dedicaram esforços para analisar as características e os princípios norteadores das ações planejadoras. Diante das transformações urbanas ocorridas desde a emergência do planejamento como uma nova ciência no século XX, destinada a lidar com os desafios da cidade industrial do século XIX, “o ordenamento do território [...] passou a ser uma preocupação comum de todos os países industrializados ou em vias de desenvolvimento” (Benko, 1999 p. 12). Nessa trajetória, é possível identificar semelhanças e diferenças de percepção entre as múltiplas teorias. De modo geral, há uma

disposição do planejamento em intervir e alterar intencionalmente o curso existente dos eventos, o que envolve racionalizar os conflitos e interesses em disputa no território, mesmo que, por vezes, esse processo não seja explicitado em planos, relatórios e pesquisas.

Se existe uma unidade que garante um corpo mais ou menos sólido neste campo científico, as diferenças de concepções e aplicações, teóricas e práticas, refletem a sua multiplicidade. A grosso modo, arriscamos uma divisão em duas correntes teóricas principais: (a) aquela vinculada à lógica instrumental, técnica e burocrática do planejamento estatal e empresarial e (b) um conjunto de propostas alternativas que estabelecem um contraponto ao predomínio do mercado e do Estado, buscando alterar a lógica de poder do sistema capitalista por meio da justiça socioespacial e do atendimento às demandas sociais e locais.

Encaixam-se na primeira corrente o urbanismo moderno, referenciado nas obras dos franceses Le Corbusier e Haussmann no século XIX, seguido por outros postulados derivados dessa escola. A partir da segunda metade do século XX, com o avanço do neoliberalismo, reafirma-se o imperativo da lógica instrumental, em teorias cada vez mais submetidas aos interesses corporativos. Souza (2002) distingue, nesse contexto, o planejamento subordinado às tendências do mercado (*trend planning*), o planejamento de facilitação (*leverage planning*) e o planejamento da administração privada (*private management planning*)<sup>3</sup>.

Por fim, a origem do planejamento insurgente, segundo Miraftab (2016, p. 368), “provém de uma tradição radical<sup>4</sup> anterior na teoria de planejamento”. Sob um viés crítico e dialético, essa corrente busca ampliar o reconhecimento das ações cidadãs como formas de planejamento (Miraftab, 2016). Destaca-se, nesse sentido, a obra de John Friedmann, que

---

<sup>3</sup> O planejamento subordinado às tendências do mercado [*Trend Planning*] limita-se, como o próprio nome indica, a acompanhar as tendências sinalizadas pelo próprio mercado, abdicando, diversamente do que era o apanágio do planejamento regulatório, de tentar controlar e disciplinar aquele. O planejamento de facilitação [*Leverage Planning*] representa um grau a mais na escala da mercadofilia: longe de apenas acompanhar e tentar mimetizar o mercado, aqui o planejamento serve para estimular a iniciativa privada, oferecendo-lhe numerosas vantagens e regalias [...]. Quanto ao planejamento de administração privada [*Private Management Planning*], ele deve seu nome ao fato de incorporar os próprios métodos e a experiência da iniciativa privada, enfatizando parcerias público/privado (Souza, 2002 p. 32).

<sup>4</sup> Importante observar que o sentido de “radical” utilizado em geral na bibliografia de planejamento urbano estadunidense para se referir a movimentos civis e políticos, é distinta da forma com que a noção é empregada para os movimentos sociais na prática e na nossa literatura. A noção estaria associada a movimentos e organizações que trabalham com a perspectiva de transformação social de forma ampla, a partir do trabalho de base, de mobilização da sociedade a partir da transformação e politização das pessoas (Tanaka, 2017 p. 7).

publicou, em 1987, o livro *“Planning in the Public Domain: From Knowledge to Action”*. Alguns anos mais tarde, Leonie Sandercock discorre sobre as historiografias insurgentes para o planejamento no livro *“Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History”*, publicado em 1998.

O planejamento radical possui um caráter de oposição ao sistema capitalista, materializada em estratégias de conflito, podendo ser visto com uma derivação do planejamento comunicativo (Tanaka, 2017). Nessa proposta, também conhecida como planejamento colaborativo ou participativo, “o planejamento assume explicitamente um papel de ‘mediador’ ou ‘tradutor’ entre diferentes esferas de sociedades contemporâneas pluralistas” (Randolph, 2008). O foco passa a ser o processo interativo, por meio da transformação das relações sociais e da construção de consensos. Abandona-se a ideia de um planejamento voltado apenas para o resultado da intervenção e a racionalidade da eficiência, incluindo demandas sociais mais diversas e rompendo com a atribuição exclusiva do Estado, apesar de não negar a presença de planejadores e sua responsabilidade (Healey, 2003).

Ao deslocar o lugar de sua atuação para as comunidades subordinadas, o planejamento insurgente, por sua vez, reconhece as práticas que não se limitam ao aparato burocrático do Estado, dando relevância às disputas dos movimentos populares pela participação, a qual abrange, para além dos espaços institucionais, as ações transgressoras. Nesse sentido, o planejamento insurgente avança ao

“abrir a teorização do planejamento a outras formas de ação, para incluir não apenas formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes, as quais designo de espaços de ação convidados; mas também as insurreições e insurgências que o Estado e as corporações sistematicamente buscam colocar no ostracismo e criminalizar – que designo de espaços de ação inventados” (Miraftab, 2016 p. 368).

No Brasil, Randolph (2007) chega à formulação de um planejamento subversivo, partindo do confronto entre as representações do espaço e os espaços de representação (Lefebvre, 1991) para reconhecer as divergências e os conflitos entre “as representações lógicas e abstratas do espaço-tempo concebidas pelos planejadores, por um lado, e a vivência difusa, pouco explícita e nem sempre discursivamente acessível daqueles que ‘participam’ desse processo, por outro”. Avançando na teoria comunicativa e dialogando com o planejamento insurgente, Randolph (2008) reafirma as contradições entre as práticas formais

e diretas de cidadania, incluindo “os espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais que podem dar origem a formas substantivas de exercício de cidadania, do aproveitamento de outras fontes de informação e de uma orientação nova para práticas de planejamento”.

A luta por justiça socioespacial passa, ainda, pela disputa de sentidos no território e a dimensão dos imaginários urbanos, com um importante papel da comunicação. Assis (*et al.*, 2021 p. 466) resgata a definição de Armando Silva (2014, p. 27), para quem os imaginários urbanos correspondem às imagens coletivas feitas da cidade. Nesse sentido, Milton Santos afirma que se instala no território uma tecnosfera ligada ao sistema de objetos, provenientes da artificialização do espaço habitado, enquanto é criada, sob as mesmas bases, uma psicofera, que abarca o sistema lógico, “o reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido” (Santos, 1996, p. 256).

#### **4. O PLANEJAMENTO INSURGENTE NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA**

---

O desenvolvimento das forças produtivas na formação socioespacial brasileira se deu em função de um papel subordinado aos países colonizadores, a partir do fornecimento de matéria prima. Nesse contexto de subserviência política, o planejamento teve suas primeiras experiências na década de 1940, mas ainda limitadas na sua abrangência. "O Plano de Metas (1956-61), pela complexidade de suas formulações e pela profundidade dos seus impactos deve ser considerado como a primeira experiência efetiva de planejamento governamental no Brasil" (Guimarães Neto, 2010 p. 48) e junto à criação do então BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), em 1952, marca a fase desenvolvimentista do Estado (Guimarães Neto, 2010). Segue-se então uma série de iniciativas visando atenuar as desigualdades regionais, por meio da integração produtiva e modernização da infraestrutura do território nacional, aliadas à forte influência política das elites das regiões.

Após duas décadas de certo êxito, há um declínio do planejamento regional no Brasil, sobretudo por conta da fragilização fiscal e financeira do Estado, intimamente associada à crise da dívida externa, retirando do setor público sua capacidade de financiar os programas setoriais e regionais de desenvolvimento. De modo concomitante, amplia-se a concentração de capital nos grandes centros urbanos, segundo uma seletividade na distribuição geográfica

dos investimentos, enquanto o Estado renuncia de suas funções regulatórias e de proteção social, privilegiando o papel de suporte à expansão das lógicas monetaristas (Santos, 2001).

A tendência a uma urbanização corporativa (Santos, 2008) ganha profundidade com a chegada de um planejamento estratégico, que tem sido indispensável à manutenção do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento de disparidades socioespaciais, sobre as quais se apoia a perspectiva empresarial da gestão urbana<sup>5</sup>. “À medida que o território se torna fluido, as atividades econômicas modernas se difundem e uma cooperação entre as empresas se impõe” (Santos, 2001 p. 35). Com isso, “a governança urbana se orientou muito mais para a oferta de um ‘ambiente favorável aos negócios’ e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes para atrair esse capital à cidade” (Harvey, 2006 p. 180). Assim,

o planejamento passa a ser sumariamente uma atividade intelectual de elaborar planos. Os órgãos públicos destinados ao planejamento urbano assemelham-se a institutos de pesquisas, compostos por profissionais afastados da administração e dos problemas reais das cidades (Villaça, 1999 p. 184).

Por outro lado, com a redemocratização, a partir de 1985, a revitalização dos movimentos sociais e a exigência de protagonismo no processo decisório passam a fazer parte das discussões e das propostas relacionadas ao planejamento. Este processo está relacionado às lutas de movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, representantes de igrejas e ONGs, ativistas e intelectuais, por ampliação de direitos, participação política e bem-estar da população. Diferente das antigas intervenções estatais autoritárias de conteúdo antipopular, como a Reforma Passos no Rio de Janeiro (1902-1906) e o Plano de Avenidas em São Paulo (1920-1930), surge uma outra concepção de reforma urbana que não se reduz ao desenho urbanístico, reunindo diversas bandeiras em torno do Fórum Nacional pela Reforma Urbana (FNUR), fundado em 1987 (Maricato, 2011).

Em mais de 20 anos do FNUR, apesar de inúmeras conquistas, uma série de fatores comprometeram a sua atuação. Como salienta Maricato (2011, p. 27-28), “podemos dizer que os movimentos ligados à Reforma Urbana ‘bateram no teto’, isto é, estão fragmentados e

---

<sup>5</sup> Se planejar sempre remete ao futuro. [...] tentar prever a evolução de um fenômeno, [...] gestão remete ao presente. [...] administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas (SOUZA, 2002 p. 46). Desse modo, “como a gestão significa a rigor, a administração dos recursos e problemas aqui e agora, operando, portanto, no curto e no médio prazos, o hiperprivilegiamento da idéia de gestão em detrimento de um planejamento consistente representa o triunfo do imediatismo e da miopia dos ideólogos ultraconservadores do mercado livre” (SOUZA, 2002 p. 31).

muitos desmobilizados e têm poucas possibilidades de avanço real na linha preconizada pelas agendas tão debatidas”. A pressão imobiliária e fundiária, a cooptação de lideranças políticas pelo governo, a dificuldade de articulação das esferas federativas, a própria crise dos movimentos sociais ou mesmo "a concentração dos esforços na elaboração de planos diretores progressistas, acompanhada de um certo truncamento de alguns debates relevantes [...], acabou redundando em um certo "legalismo" e em um certo tecnocratismo” (Souza 2002 p. 161). Enquanto isso, "a participação popular que deveria ser vista como o fator-chave para o impulsionamento de uma democratização do planejamento e da gestão foi secundarizada" (Souza, 2002 p. 161).

## **5. PRÁTICAS INSURGENTES E ESTRATÉGIAS DE ENUNCIÇÃO DO LUGAR**

---

Após breve contextualização da teoria do planejamento insurgente e do histórico do planejamento territorial no Brasil, buscamos expor brevemente de que modo as práticas insurgentes podem resgatar e potencializar as estratégias de enunciação do lugar (Serpa, 2011). Serpa (2011) evidencia os papéis da ação e do discurso no desenvolvimento de lugares da enunciação, onde à competição territorial liderada pela economia de mercado se opõem fazeres e raciocínios alternativos enraizados na vida cotidiana. Diante das aproximações entre a comunicação e o planejamento, buscamos tratar da atuação de uma ampla rede de artistas, comunicadores, coletivos culturais, rádios comunitárias e movimentos sociais; grupos interlocutores da cidade, capazes de narrar (e desvendar) o lugar e, assim, potencializar os saberes cotidianos e as experiências de um tempo lento.

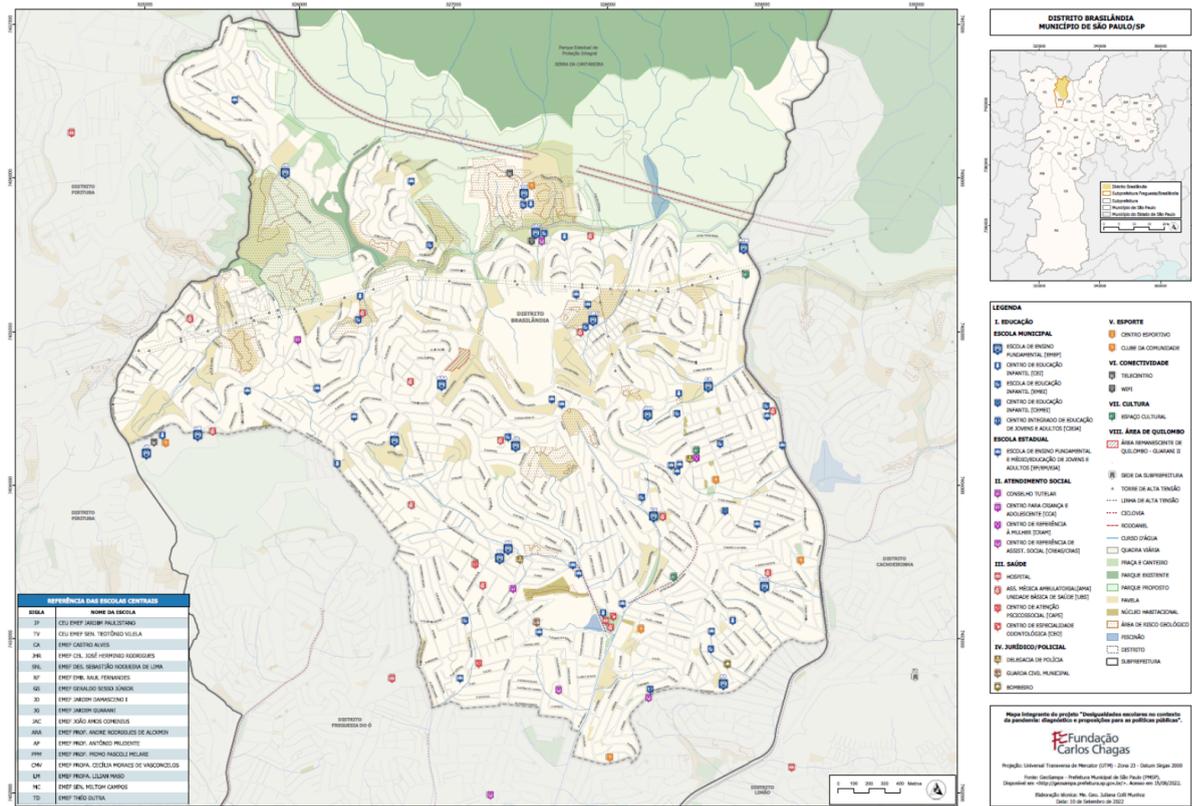
A fim de trazer materialidade para essa discussão teórica, buscamos entender o que a comunicação ascendente<sup>6</sup>, utilizada como prática insurgente por movimentos populares, revela sobre os usos do território no distrito da Brasilândia, zona noroeste de São Paulo (SP). Loteada em 1947, a região abrigou parte da população removida dos cortiços do centro da cidade, além de migrantes vindos de outras regiões do país e do mundo (Bischain, 2021). Com a explosão populacional da metrópole paulistana na década de 80, novos bairros surgem

---

<sup>6</sup> Silva (2001), ao dispor sobre os círculos de cooperação, distingue a existência de círculos de informações destinadas à produção e círculos de informações banais, conectadas ao lugar. Estas informações atingem verticalmente os territórios, impondo de fora um conteúdo produzido por poucas empresas, sendo, assim, informações descendentes (Santos, 2000). Em contrapartida, surge no espaço banal uma pluralidade de meios e agentes, organizados de forma menos hierárquica, que carregam um sentido político-cultural, constituindo informações ascendentes (Santos, 2000).

de forma clandestina e auto-organizada, expondo a necessidade da população pobre buscar solução à falta de moradia e de melhorias urbanas (Comarú et al, 2019).

Figura 2. Mapa do distrito da Brasilândia, na zona noroeste de São Paulo (SP).



Fonte: Fundação Carlos Chagas (2022)

Atualmente, vivem na Brasilândia mais de 280 mil habitantes, dos quais 50,6% se declaram pretos ou pardos e 25,1% residem em favelas, sendo um dos distritos mais populosos (7º), com maior presença negra (14º) e quantidade de favelas (2º) do município (Rede Nossa São Paulo, 2022). Este imenso território que se originou a partir do desmembramento do sítio de um antigo colono chamado Brasília Simões, anteriormente explorado por plantações de cana de açúcar e grandes olarias, foi também um lugar de resistência de pessoas escravizadas que fugiam em direção à Serra da Cantareira, formando quilombos no alto dos morros (Bischain, 2021).

São justamente nos espaços periféricos da cidade que se encontram grupos produtores de práticas insurgentes e de uma comunicação ascendente, alternativa às narrativas elitistas e

enviesadas da mídia comercial e do Estado, como a Rádio Cantareira, organização fundada no ano de 1995 em diálogo com agrupamentos sociais de diferentes regiões da capital paulista. Após quinze anos na clandestinidade - entre gambiarras, esquivas, burocracias e a conquista da lei 9.612/1998, que regulamenta o serviço de difusão comunitária no Brasil - a rádio Cantareira conquistou, em 18 de julho de 2010, a outorga (licença de funcionamento) para operar legalmente. Desse modo, através da pressão às instâncias políticas, do trabalho comunitário de base e da cultura popular, “a periferia, como cidade clandestina, é uma concessão necessária à falta de direitos à cidade” (Giavarotti, 1999 p. 52).

Uma vez limitados o direito à informação e à cidade, estamos lidando com redes amplamente hierarquizadas, que acabam por conferir poder a poucos agentes (e lugares) que detêm o seu controle. Nesse sentido, o comando privado da informação por alguns agentes possibilita-os condicionar os acontecimentos (Nora, 1976) de um lugar, bem como a duração de seus eventos (Pasti, 2013). Nesse ambiente pouco plural e diverso, “deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos” (Santos, 2007, p. 119)”.

Enquanto a política de desenvolvimento urbano segue cooptada por grandes agentes imobiliários, prejudicando a efetivação da reforma urbana e a aplicação de instrumentos para promover a função social da cidade e da propriedade, previstos no Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), mecanismos de participação popular e controle social se tornam muitas vezes ineficazes, sendo submetidos a processos que dificultam a atuação da sociedade civil organizada, sobretudo em espaços urbanos periféricos. Como consequência, a população não tem o devido acesso à informação sobre o que ocorre ou ainda sobre as possibilidades de intervir no curso dos lugares.

Há poucos metros de distância da rádio Cantareira, neste cenário de ausência de políticas públicas, surge em 2008 o Sarau da Brasa. Reunidos a partir do gosto pela arte e da ideia de construir um centro cultural, alguns jovens escritores da Brasilândia conheceram o Sarau da Cooperifa e o Sarau do Binho, na zona sul de São Paulo, além do Sarau Elo da Corrente, em Pirituba, motivando-os a imergir na literatura marginal. Após mais de quinze anos de estrada, os encontros mensais têm sido um catalisador de potencialidades. De bar em

bar, o Sarau da Brasa foi para a rua, ocupou praças e espaços culturais, até fincar seus versos e tambores na sede do Samba do Congo.

Nessa confluência cultural, o Samba do Congo também iniciou no bar, em 2011. Dois anos depois, decidem se mudar para a Casa de Cultura da Brasilândia, o que “muda a perspectiva do projeto para além do entretenimento, fortalece a identidade e dialoga com a literatura, artes plásticas, grafite e teatro”, conforme Fernando Ripol, sambista, compositor e organizador do coletivo. A conquista da sede própria se dá apenas em 2018, após a gravação do primeiro álbum — Nossa Quebrada — em 2016. Aproximando-se de manifestações populares como o “Batuque de Umbigada, Samba de Bumbo, Tambu e Jongô”, o Samba do Congo, “espaço de construção incessante e contínua, e também de acolhimento das pessoas para um momento de extravasar seus sentimentos e expressões pela composição musical ou de um poema, ou simplesmente pela escuta”, tem buscado “formar uma musicalidade, dando continuidade a uma sintonia que outros já fizeram antes”.

Da herança negra, surgiram em São Paulo diversas manifestações importantes, entre as quais destacam-se os “bailes black”, que marcaram gerações, sobretudo entre 1970 e 1980. Esse movimento, bem como o gosto por ouvir rádio e o ensinamento de seus irmãos, motivou DJ Makola a se envolver com a música. Junto com Thiago Guma e outros integrantes, Makola é articulador do Reduto do Rap, grupo formado em 2011. Após muita labuta e alguns contratemplos, como a queima de equipamentos e a dificuldade em lidar com a falta de público, chegaram a uma importante conclusão: “a gente não fazia só um encontro, era algo maior”. Trabalhando sempre no limite do tempo, o cansaço - principalmente psicológico - e os conflitos pessoais aparecem como grandes vilões em um filme em que os papéis se invertem. Para Guma, “a gente está cumprindo a função do poder público. O direito à cultura está estabelecido, é um direito do cidadão, mas muitas vezes as pessoas da periferia só têm acesso por conta de coletivos como Reduto do Rap, Sarau da Brasa, Samba do Congo, Sarau Elo da Corrente e tantos outros”. Se o Estado se faz presente nestes lugares por meio da repressão policial, no setor cultural o que sobra são migalhas.

Figura 3. Reduto do Rap, Sarau da Brasa, Samba do Congo e Rádio Cantareira.



Fonte: Autoria própria (2024)

Sonia Bischain lembra que nos anos 70 não havia qualquer incentivo. “A gente nem ia procurar os governantes. Vamos dizer que os órgãos públicos eram inimigos. Eles não estavam interessados que tivesse algum movimento na periferia”. Atualmente, há algum recurso governamental. Casas de Cultura da Brasilândia e da Freguesia do Ó, Fábricas de Cultura da Brasilândia e Cachoeirinha, Centro Cultural da Juventude, Programa de Ação Cultural de São Paulo (ProAc), Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais (VAI), Programa de Fomento à Cultura da Periferia, Apoio à Cultura Negra, Programa Municipal de Fomento ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, são alguns dos espaços e editais públicos que têm apoiado esse trabalho. Mas se engana quem vê de fora: “como que você paga as contas, compra equipamento, faz manutenção, se alimenta, se locomove, vive todos os dias com esse dinheiro que vai pagar sei lá quantas pessoas”, adverte Guma.

A verba é importante, porém o que os mantém de pé são as redes horizontais, construídas no cotidiano do lugar. Sonia Bischain resume esse processo: “um coletivo da força para o outro [...] Se tiver gente participando de algum edital a gente paga, senão é na base da amizade. Então muita coisa é feita assim, do jeito que dá”. Fofão Rock Bar, Coletivo Salve Quebrada, Quilombaque, Sambaqui, Samba da Vela, Kolombolo, Rinha de

Compositores, Samba do Balaio do Canjico, além dos grupos já citados, transformam a realidade dura e violenta dos espaços urbanos em terreiros de harmonia e criatividade.

Conforme Comarú et al (2019 p. 810), “essas práticas podem ser efêmeras ou duradouras, envolverem participações em espaços formais ou manifestações espontâneas (inventadas, nos termos de Miraftab), utilizarem-se de procedimentos jurídicos ou de outras práticas informais de oposição”. A fim de alcançar plenamente o direito à cidade e o direito à comunicação, seria importante, portanto, efetivarmos mecanismos que estimulem a diversidade e pluralidade nas várias instâncias do planejamento urbano e do processo comunicativo. E isso não ocorre sem a redução do poder das grandes corporações. Como afirma Serpa (2011, p.24),

apropriar-se – taticamente – dos meios de comunicação em uma escala local significa, para os grupos e iniciativas envolvidos nesses processos, enunciar um lugar a partir da ação e do discurso, ‘fabricando’ lugares nas mais diversas escalas espaciais, para a reprodução de novas ideias de cultura a partir da criatividade e da subversão, marcando a emergência, como pressupomos aqui, de uma esfera pública urbana renovada.

Conforme destaca Fernando Ripol, nesse movimento há “possibilidades de outras dinâmicas para além das coisas ruins que sempre foram colocadas para a periferia. De que você é preto, periférico, e isso é legal, não deve se envergonhar nunca“. Por vezes o reconhecimento vem de fora para dentro, mas, por outro lado, “você está andando na quebrada e ser reconhecido pelo local, pelo trabalho cultural, é muito gratificante”, afirma Makola. A vivência na cultura popular e na comunicação comunitária faz enraizar a autoestima e o amor próprio, transformando a rotina exaustiva do emprego precarizado, das tarefas domésticas e dos problemas financeiros e familiares. Os lugares são articulados em suas relações solidárias e conflituosas, na perspectiva da ampliação dos direitos sociais e do repertório político dos sujeitos, bem como do fortalecimento da sua capacidade associativa e participação ativa no mundo. Peruzzo (2004, p. 38) destaca ainda que “para a concretização do envolvimento direto na produção e na gestão da comunicação comunitária há que existir canais abertos e desobstruídos de participação”. Assim,

o planejamento poderá contribuir na medida em que se constituir em um processo aberto capaz de viabilizar projetos de uma sociedade oprimida. Seu papel então será de conscientizador e organizador das formas de resistência, promovendo então, um meio favorável à germinação de novas forças sociais (Monteiro, 2007 p.47).

É fundamental resgatarmos os usos do território (Santos, 1996) vinculados à comunicação ascendente, carregada de ações essencialmente políticas, apesar de não se resumirem a formalismos jurídicos e organizações institucionais (Ribeiro, 2006). Urge captar neste movimento dos lugares as possibilidades de enfrentamento ao modelo de vida imposto pela lógica neoliberal. Neste insurgência,

que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea: conquista de territórios e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão (Ribeiro, 2006, p. 220).

Como corolário, confirma-se que, contrariando uma enorme responsabilidade social, ética e moral, a política urbana e a comunicação social, dominadas por grandes agentes privados, reproduzem desigualdades e injustiças sociais. Ao negar espaço de fala e visibilidade para demandas populares, tentam esconder e amortizar o poder de enfrentamento de territórios marcados pela violência de um sistema produtivo baseado na exploração da classe trabalhadora. A ampliação do acesso às técnicas da informação, bem como dos usos do território, poderiam levar ao aumento da diversidade e pluralidade e, assim, ao fortalecimento da democracia e da cidadania. A ausência desses processos, no que se refere à participação popular e controle social das políticas de desenvolvimento urbano, tende a rebaixá-las.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Apesar do robusto marco regulatório, as cidades e regiões metropolitanas brasileiras têm piorado nos últimos anos, destinando uma enorme quantidade de pessoas a sobreviver em favelas, cortiços e ocupações. “Congestionamentos infundáveis, poluição do ar e da água, violência, especulação imobiliária e aumentos dos aluguéis acima da inflação, são alguns dos temas que impõem aos trabalhadores um cotidiano de sofrimento atingindo também a classe média” (Maricato, 2011 p. 19). Enquanto isso, seja por desconhecimento das leis ou articulações privatistas, a função social da cidade e da propriedade são sistematicamente desrespeitadas. A cidade ilegal é a regra<sup>7</sup> (Maricato, 2011).

---

<sup>7</sup> Grande parte da cidade brasileira é construída informalmente à margem da legislação urbanística e até da legislação de propriedade. O mercado residencial formal abrange menos da metade da população em nossas metrópoles. O Estado não controla a totalidade do uso e da ocupação do solo e nem oferece alternativas habitacionais legais. Uma parcela da cidade, aquela que se dirige a maior parte da população e evidentemente as parcelas de rendas mais baixas é resultado da compra e venda de loteamentos ilegais ou simplesmente da invasão

Por outro lado, às racionalidades hegemônicas, opõe-se contrarracionalidades ou racionalidades alternativas, construídas por atores não beneficiados por aquelas (Santos, 1996). “Em seu conjunto tais racionalidades, que apontam para modos de fazer alternativos à lógica hegemônica, representam processos espontâneos nutridos pelo circunstancial característico dos lugares” (Alves, 2007, p. 120). Assim “é que os segmentos populares conscientizados buscam sua autoemancipação comunicativa. O fazem numa perspectiva coletiva, tanto no sentido de gestão e uso dos espaços na programação, como no conteúdo das mensagens que são transmitidas” (Peruzzo, 2004, p. 34). A fim de criar contra-projetos e implementá-los, superando adversidades, grupos da sociedade estão buscando qualificar-se e organizar-se para planejar e gerir seus espaços (e seus destinos), às vezes com o Estado (pressionando-o e conquistando parcerias autênticas e delegação de poder) às vezes à revelia do Estado e muitas vezes, contra o Estado, resistindo (Souza, 2002).

O planejamento crítico tem se guiado por "uma melhoria da qualidade de vida e um aumento da justiça social" (Souza, 2002 p. 61). No entanto, não se pode abrir mão de considerar os saberes locais. Os movimentos sociais organizados, por sua vez, "ao procurarem explorar valores de autenticidade, localidade, história, cultura, memórias coletivas e tradição abrem espaço para a reflexão e a ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas" (Harvey, 2006 p. 239). Está na ordem do dia a atenção para

"um complexo padrão de relações raciais que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre estes grupos" (Dos Santos, 2022 p. 14).

Do mesmo modo, o olhar de gênero no planejamento territorial “trabalha as demarcações entre a esfera pessoal e a esfera política, o território público e o doméstico, e nesse sentido, advoga pelo reconhecimento da diversidade cultural como elemento chave para repensar a planificação" (Santoro, 2007 p. 2). Estes processos fazem parte de uma nova sensibilidade urbana que busca “incorporar enfoques metodológicos e as vozes dos coletivos

---

de terras. As favelas constituem a forma de moradia de grande parte da população metropolitana. Não se trata de exceção mas de regra (Maricato, 2011 p. 178).

antes excluídos" (Santoro, 2007 p. 3). Como seria um planejamento feito por e para mulheres? E se fosse pensado a partir da perspectiva antirracista? Ao debruçar sobre o lugar, com maior proximidade das pessoas que o compõem, observa-se que “não somos todos iguais há diferenças, e o plano não deve pensar apenas na totalidade e sim estar atento a essas diferenças" (Santoro, 2007 p. 2).

Assim como houve, nos últimos anos, mudanças significativas nos modos de organização dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores políticos, partimos do reconhecimento de outras práticas de planejamento territorial abrangendo a perspectiva do planejamento insurgente. "Ao invés das abordagens holísticas construídas em torno das grandes reformas ou revoluções, as demandas reivindicadas por meio de ação direta, podem ser pontuais, mas referidas a pontos estratégicos, de grande impacto político e social" (Maricato, 2011 p. 15).

Juntando-se às experiências do movimento pela reforma urbana, a retomada da unidade na luta pelo direito à cidade e pela justiça socioespacial certamente recuperará o patamar já conquistado para usá-lo como novo ponto de partida (Maricato, 2011 p. 93). Ao incorporar os espaços de ação inventados e a comunicação ascendente, o planejamento insurgente abre o horizonte de esperança para além da participação institucional, a partir da “emergência de novos movimentos de jovens moradores das periferias urbanas, notadamente ligados à cultura e à arte [...] que vão além da política de resultados” (Maricato, 2011 p. 92).

## **7. REFERÊNCIAS**

---

ALVES, C. N. O circuito sonoro: radiodifusão FM e produção fonográfica em Campinas-SP. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia – IG/Unicamp. Campinas: Unicamp, 2007.

ASSIS, Maria Luiza; PASTI, André; GARCIA, Isadora. Silenciamentos da luta pelo direito à cidade: representações socioespaciais da Ocupação Vila Soma na mídia. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 56, p. 462-492, 2021.

BENKO, G. A ciência regional. Oeiras: Celta, 1999.

COMARÚ, F de A.; FERRARA, L. N.; GONSALES, T. A. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 807-829, set/dez, 2019.

DOS SANTOS, Renato Emerson. Expressões espaciais das relações raciais. Boletim Campineiro de Geografia, v. 12, n. 1, 2022.

GIAVAROTTI, D. M. As dialéticas espacial e temporal observadas a partir da periferia metropolitana de São Paulo. XIII ENANPEGE - A Geografia Brasileira na Ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento. São Paulo, 2019.

GOTTMAN, J. [1975]. “A evolução do conceito de território”, in Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, 2012.

GUIMARÃES NETO, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: MIRANDA; C.; TIBÚRCIO, B. Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: avanços e desafios. Brasília: NEAD, 2010.

GOTTMAN, J. [1975]. “A evolução do conceito de território”, in Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n.3, 2012.

HAESBAERT, R da C. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Annablume, 2006.

INTERVOZES - Coletivo Brasil de Comunicação Social & Repórteres Sem Fronteiras. Media Ownership Monitor - Brasil, 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 1º ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2011.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife, v.18, n.3, p.363-377, 2016.

MONTEIRO, C. O planejamento: algumas considerações. Etc, espaço, tempo e crítica, V.1, N.1, 2007.

NORA, P. O Retorno do Fato. In: LE GOFF, J; NORA, P. História: Novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

PASTI, A. B. Notícias, informação e território: as agências transnacionais de notícias e a circulação de informações no território brasileiro. Dissertação (Mestrado) – GEOPLAN, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, M. J. da C. (Org.). Comunicação pública. Campinas: Alínea, 2004.

RAFFESTIN, C. [1980]. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, R. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de Planos Diretores no Brasil. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia e ciências sociais. Barcelona: Universidade de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (17), 1 de agosto de 2007.

RANDOLPH, R. A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro. In: X Coloquio Internacional de Geocrítica. DIEZ AÑOS DE CAMBIOS EN EL MUNDO, EN LA GEOGRAFÍA Y EN LAS CIENCIAS SOCIALES, 1999-2008. Barcelona, Universidad de Barcelona, 2008.

RIBEIRO, A. C. T. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. OSAL, Observatório Social de América Latina (Ano VII no. 21 sep-dic). Buenos Aires, CLACSO, Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2006.

SANTORO, Paula Freire. Gênero e planejamento territorial: uma aproximação. In: ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2007.

SANTOS, M. “O retorno do território”, in SANTOS, M., SOUZA, M. Ad. e SILVEIRA, M. L. (org.). Território: globalização e fragmentação, São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica, tempo; razão, emoção. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M., SILVEIRA, M. L. Brasil: território e sociedade no início do século XXI: Record, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. 7ª edição. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2008.

SERPA, A. Lugar e mídia. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, A. M. B. A contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novos usos do território brasileiro. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

SILVA, A. Imaginários, estranhamentos urbanos. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

SOUZA, M. J. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TANAKA, G. Planejamento e Conflitos Sociais: reflexões a partir lutas urbanas. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO (ENANPUR), 2017.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 9, maio 2007.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÈAK, C; SHCIFFER, S. R. (Orgs). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.